



# O BRASIL E A BACIA DO PRATA

Therezinha de Castro

## INTRODUÇÃO

**A** Bacia do Prata abrange a terça parte do continente sul-americano com seus 3.200.600 km<sup>2</sup>; é a quinta bacia fluvial do mundo, ultrapassada apenas pela do Amazonas, do Congo, do Obi e do Mississipi. Dentro dessa sub-região geográfica da América do Sul é o Brasil que possui a maior área; muito embora, em se tratando de "zona de influência direta e ponderável" (artigo 1.º do Tratado da Bacia do Prata) é o que vem com a menor porcentagem, conforme especifica o quadro a seguir:

País	Superfície %	Superfície km <sup>2</sup>
Argentina	37	1.033.800
Bolívia	18,5	204.000
Brasil	17	1.414.200
Paraguai	100	406.752
Uruguai	79,34	140.901

Ao longo dos rios principais e tributários da Bacia Platina, *Cuiabá*, capital do Estado de Mato Grosso, é a cidade mais setentrional; ficando *Montevideú*, capital do Uruguai e *La Plata*, porto ar

gentino, como pontos mais meridionais. (Mapa 1)

O Sistema Platino, que forma em sua foz um vasto estuário entre o Uruguai e o extremo oriental da planície argentina, se constitui de

três grandes eixos fluviais — os rios *Paraguai, Paraná e Uruguai*, todos com suas nascentes no Brasil, no Planalto Brasileiro. Como *sub-bacias* suas respectivas áreas assim se distribuem:



Sub-bacia	Total	Argentina	Bolívia	Brasil	Paraguai	Uruguai
Paraná	1.607.000	663.000	—	891.300	52.700	—
Paraguai	1.097.000	193.300	204.000	345.700	345.000	—
Uruguai	361.000	65.000	—	178.200	—	117.800
Prata	135.600	112.500	—	—	—	23.100

## ASPECTOS GEOHISTÓRICOS

Em 1500, com a chegada oficial dos portugueses ao Brasil, o Governo espanhol, temendo que seus vizinhos se estabelecessem na região do Prata, resolveu ocupar-se também dessa parte da América do Sul. Sabendo que o navegador português Pero Lopes de Souza estivera na região e aí colocara marco de posse para seu país, o Governo espanhol enviou, pouco depois, Pedro de Mendoza, para empreender a colonização local; foi então fundada *Santa Maria de Buenos Aires* (1536), logo atacada pelos índios. Este fato determinou a procura de um sítio mais seguro, o que motivou a colonização do Paraguai, cujo núcleo inicial foi *Assunção* (1537). Deste local interiorizado puderam os espanhóis conquistar grande área da Bacia do Prata e, em 1580, levar Juan de Garay a fundar novamente Buenos Aires com o nome de Ciudad de la Trinidad.

Observa-se, assim, que sob o ponto de vista geohistórico, os espanhóis procuraram se assenhorar da Bacia do Prata apoiando-se em Assunção e Buenos Aires, núcleos geoestrategicamente localizados no curso médio e foz do complexo fluvial, respectivamente.

No entanto, dentro do enfoque geopolítico, dada a extensão de terras, a autoridade do Vice-Reino do Peru era mais nominal do que real. Nessas condições, um século depois da fundação de Buenos Aires (1680), os portugueses estabeleciam na outra margem do Prata a *Colônia do Sacramento*,

que motivaria uma série de lutas com os espanhóis; e estes só conseguiriam garantir as duas margens do Prata com a fundação de *Montevideu* por D. Bruno Maurício de Zaballa (1729). No entanto, à semelhança do que ocorria com o Paraguai, era notório o isolamento em que viveria o núcleo geohistórico comandado por Montevideu. Foi, pois, para defender essa região que surgia o *Vice-Reino do Prata* (1763), respeitando, em parte a sub-região geográfica da bacia fluvial, englobando parte da Bolívia, o Paraguai, o Uruguai e a Argentina.

No contexto geral, porém, o posicionamento de Buenos Aires confirmava, na época, o fato de que quando correntes fluviais divergentes em suas nascentes convergem para o mar numa única direção, criam um centro geopolítico comum. Por isso, Buenos Aires manteve-se sempre dentro do centripetismo geopolítico no governo de um centro colonial comum, dentro do fenômeno natural de unificar o conjunto a fim de mesclar os interesses complementares de cada um dos eixos fluviais. Interesses que não se vieram mesclar, visto que as áreas interiorizadas, comandadas por Charcas e Assunção, procuraram, no isolamento, anular, em parte, os prejuízos que sofriam em face das províncias litorâneas que prosperavam com Buenos Aires. Eis, pois, a razão mais remota que contribuiu para o esfacelamento geopolítico do Vice-Reino do Prata.

O outro fator viria de um envolvimento cimentado pelo interior;

deslocando a linha de Tordezilhas, que não englobava essa área, os portugueses, ocupando terras espanholas, ficaram com as nascentes dos três rios formadores da Bacia do Prata, que o princípio do "uti possidetis" veio consagrar pelo Tratado de Madrid (1750). Não detiveram, porém, os portugueses na foz do Prata, a estratégica posição da Colônia do Sacramento; não puderam, assim, competir com vantagem diante dos espanhóis na conquista da planície pampeana.

Foi, em grande parte, graças ao *foco de tensão luso-espanhol* que se instalou desde o século XVI na foz do Prata, que essa sub-região sul-americana se manteve na órbita ibérica. Não ocorrendo o mesmo na área amazônica, longe por muito tempo da cobiça colonial dos peninsulares, e onde, conseqüentemente, se instalou o "quisto" geopolítico das Guianas. Por outro lado, com a obsessão de manter a Colônia do Sacramento, os espanhóis ignoraram a penetração ao norte e ao centro, entregando aos portugueses a maior parte da Bacia Amazônica e o vasto hinterland da Platina.

## PROBLEMAS PLATINOS

Em se tratando da chamada "dinâmica da disputa" afirma Eduardo Arze Quiroga, que diante do esfacelamento geopolítico ocorrido durante o processo da independência vêm "as Províncias Unidas do Rio da Prata, como alternativa de se opor a um Brasil integrado do Prata ao Amazonas,

uma Argentina integrada nas fronteiras do Vice-Reino de Buenos Aires. Isto porque sabemos que as Províncias Unidas do Rio da Prata não reconheceram facilmente as segregações da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai do corpo extinto do Vice-Reinado. Sabe-se, por outro lado, que as influências dominantes do exterior mantiveram esse status de balcanização e incentivaram pelo menos três importantes guerras na região (a da Triplíce Aliança, a do Pacífico e a do Chaco como desenlace da primeira)". ("Bolívia en la Dinámica de la Disputa" — GEOSUR — Nº 10 — Mayo de 1981.)

Há que se notar sobretudo que a *balcanização dessa zona platina* se prende ao fato administrativo de na área colonial ter Castela instalado vários núcleos geohistóricos comandados respectivamente por Buenos Aires, Montevideú, Assunção e Charcas (hoje Sucre), a outra capital da Bolívia, ao lado de La Paz.

Terminada a fase crucial das disputas (1870), estava garantida a livre navegação na Bacia do Prata; beneficiavam-se os portos de Buenos Aires e Montevideú. Beneficiavam-se dentro do aspecto geopolítico da bacia apresentando-se num *eixo natural norte-sul* que, com a atração natural, levava os países interiorizados — Bolívia e Paraguai, a obter na Argentina e Uruguai as suas saídas diretas para o Atlântico.

Posteriormente, dentro do enfoque geopolítico de que a chave de controle da bacia se encontrava no Paraguai, tornou-se possível a im-

plantação do *eixo transversal* de saída dos dois países interiorizados, também pela costa brasileira. Eixo que se positivou tendo em vista que das *sete fronteiras binacionais* coexistentes no âmbito da Bacia Platina, o Brasil, tal como a Argentina, se envolve em quatro delas. Nessas condições, num confronto com o eixo geoviário concêntrico de Buenos Aires, se impôs o traçado leste-oeste paralelo no corte geopolítico das redes de comunicação que o Brasil vem desenvolvendo no âmbito dessa bacia.

Por outro lado, tanto o Brasil como a Argentina sempre se interessaram pelo *aproveitamento do potencial hidroelétrico* da Bacia do Prata; sendo do passado a maioria dos projetos, mas ligando-se ao presente a história das três represas: *Itaipu, Corpus e Apipé*.

Como a região interessa a cinco países sul-americanos, surgia, em 1967, por iniciativa do Presidente argentino Arturo Illia, uma *aliança integracionista da Bacia do Prata*. Nesta aliança, porém, passou a reinar, de início um desacordo básico.

Liderando esse desacordo, em 1968, já na II Reunião de Chanceleres da Bacia do Prata, na cidade boliviana de Santa Cruz de la Sierra, lançou a Argentina a *tese do aproveitamento multinacional* pela qual nenhum país possuidor das nascentes de uma bacia hidrográfica, em matéria de aproveitamento hídrico, pode autolimitar-se a adotar medidas que afetem direta ou indiretamente os demais condôminos. Declarava assim a Argentina que o Brasil, possuidor das nascentes dos formadores da Bacia

do Prata, deveria consultar todas as nações integrantes dos cursos médio e inferior desses rios. Isto porque a construção de hidroelétricas poderia vir a alterar tais cursos d'água, influenciando nas condições de navegabilidade.

Para resolver o impasse argentino-brasileiro de *consulta prévia versus acordo bilateral*, reunir-se-ia a IV Reunião de Chanceleres da Bacia do Prata que redundaria na chamada *Declaração de Assunção*. Reconhece o referido Documento que existe acordo entre os países da Bacia do Prata em alguns pontos fundamentais. O primeiro deles é que nos rios internacionais contíguos, sendo de soberania compartilhada, qualquer aproveitamento das águas deverá ser precedido de um acordo bilateral entre os ribeirinhos. Deste modo, nos rios internacionais de curso sucessivo, que não são de soberania compartilhada, qualquer aproveitamento das águas deverá ser precedido de um acordo bilateral entre os ribeirinhos. Deste modo, nos rios internacionais de curso sucessivo, que não são de soberania compartilhada, cada país pode aproveitar essas águas desde que não cause prejuízo sensível a outro Estado integrante da bacia. Dentro de tais imposições, quando os Estados realizarem quaisquer obras nesses rios, deverão adotar medidas necessárias para não alterar de forma prejudicial as condições de navegabilidade.

Procurou ainda a Argentina, em Brasília (1971), quando se tratava da regulamentação da Declaração de Assunção, fazer valer a sua tese

do sistema de consulta prévia; mas o Brasil, já seriamente engajado na construção de Itaipu não se mostrou propenso a submeter à aprovação de outros governos este seu projeto bilateral com o Paraguai. E, diante dos fatos, conclui Maria del Carmen Llaver, que "Itaipu não representa unicamente um avanço sobre as possibilidades argentinas, mas sobretudo a incorporação à sua órbita de um dos países da Bacia do Prata, o Paraguai, sócio do Brasil, como ainda a influência na região nordeste de nosso país". A hegemonia do Brasil no Alto Paraná, continua a historiadora argentina, não termina com esta obra, a ela se unindo "as comunicações, amplamente desenvolvidas, para romper a natural geografia dos rios da bacia nortel-sul através de novas conexões leste-oeste, que favorecem a saída da produção para o Atlântico, buscando em contrapartida a saída para o Pacífico para atingir o objetivo de potência bioceânica" ("El Problema del Aprovechamiento Hidroeléctrico del Alto Paraná" — Revista Argentina de Relaciones Internacionales — n.º 15 — Setiembre/octubre de 1979).

Não resta dúvida de que o Brasil, por sua presença e posicionamento se atém a seus princípios geopolíticos e a Argentina aos seus; destacando-se no âmbito do Prata dois pontos fortes: *Buenos Aires na planície e S. Paulo no planalto* — os dois maiores centros econômicos e demográficos no continente sul-americano, que refletem o duelo entre a foz e a nascente.

Por outro lado, pelo espaço que ocupa, o Brasil se engasta indiretamente nos Andes, de onde recebe o empuxe de forças continentais atinge o Atlântico para receber o impacto das forças extracontinentais. Ao contrário da Argentina envolvida apenas no Cone Sul, Brasil se articula com as duas grandes bacias fluviais do continente recebe assim os empuxes de forças continentais através do vale longitudinal do Prata e transversal do Amázonas. Podemos assim, dentro da categoria de múltiplo vetor natural no continente sul-americano dizer que as bacias Platina e Amazônica se enquadram também no duelo de posicionamento que envolve Buenos Aires e Belém, portos atlânticos e, ao mesmo tempo, portas de entrada para o hinterland sul-americano.

No âmbito do Prata ainda, necessitando aproveitar os desníveis das águas do Paraná, procurou o Brasil construir hidroelétrica na região. Para todo o complexo industrial brasileiro, as forças aproveitadas em nosso país, tendo em vistas as fontes de energia de que dispomos para a produção econômica, constituem ainda uma porcentagem insignificante. E, dentro das bacias hidrográficas brasileiras a do Paraná é a de maior potencial hidroelétrico, pois as suas quedas não estão localizadas em áreas limitadas, mas sim distribuídas em todo o percurso dos rios. Já a Argentina preferiu começar pela Patagônia, sua área mais promissora e, no momento em que o Brasil em 1967 construía a *Usina de Urubupungá*, já se encontrava em fase

de contrato a de Itaipu. As várias corredeiras e quedas da subacia do Paraná foram assim, paulatinamente, resultando em aproveitamentos hidroelétricos que, na atualidade, em fase de operação, construção ou projeto, totalizam, somente em território brasileiro, 20 milhões de KW, incluídos os aproveitamentos do Tietê e do Paranapanema.

O conjunto hidroelétrico de Urubupungá se compõe de duas plantas: Jupiá e Ilha Solteira. A região servida pelo conjunto hidroelétrico de Urubupungá se constitui na melhor rede eletrificada da América do Sul, com as vantagens de obter kilowatts/hora mais baratos. A represa do rio Paraná engloba maior capacidade no aproveitamento da navegação, dando ao Brasil uma via de comunicação três vezes maior do que a Rodovia Presidente Dutra que une o Rio a S. Paulo; e quanto a tonelagem, com capacidade de transporte centena de vezes maior. Entre outras vantagens está a de representar um passo a mais para que a produção do norte de Mato Grosso do Sul, S. Paulo, Minas Gerais e Goiás chegue até a Bacia do Prata. Nessas condições, dentro de nossas diretrizes integracionistas, Urubupungá envolve não só o Brasil como também nossos vizinhos na América do Sul.

Na Bacia do Paraná, ocupando 1/10 do total territorial brasileiro, encontra-se 1/3 de nosso potencial hidráulico avaliado. E nesse conjunto o Projeto de Itaipu nasceu, na realidade, a 22 de junho de 1966, quando os Presidentes paraguaio e brasileiro Stroessner e Cas-

telo Branco se reuniram em Foz de Iguaçu firmando a Ata das Cataratas, em que ficou assentado o objetivo de se proceder ao estudo do potencial hidráulico da área de fronteira do princípio de que a energia ali produzida seria igualmente dividida entre os dois signatários.

Formalmente apresentado, em outubro de 1972, o resultado desses estudos, o ajuste para a construção de Itaipu tomou forma em 26 de abril de 1973 quando Stroessner e Médici se encontraram em Brasília para a assinatura do Tratado de 25 artigos e três anexos estabelecendo desde as bases técnicas e financeiras até mesmo a formação da binacional integrada pela ELETROBRÁS (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.) e ANDE (Administración Nacional de Electricidad del Paraguay).

Do lado brasileiro, o texto do Tratado de Itaipu foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 23, de 23 de maio de 1973, e promulgado pelo Decreto nº 72.707, de 2 de agosto de 1973, passando a vigorar por tempo indeterminado, a partir da data da troca dos Instrumentos de Ratificação e integrados por esse efeito o ordenamento jurídico nacional.

Com uma potência instalada de 12,6 milhões de KW, compreendendo 18 unidades de 700 mil KW cada uma, Itaipu é a maior usina hidroelétrica do mundo. Foi levantada uma barragem de 220 metros acima do nível do mar em trecho do rio Paraná, onde corre de modo turbulento, dentro de um profundo canion, poucos quilômetros acima da ponte da Amizade, que un-

o Brasil ao Paraguai, através das cidades de Puerto Stroessner e Foz do Iguaçu. Deve-se ressaltar que nos 190 km percorridos entre a cachoeira de Sete Quedas e a Foz do Iguaçu, o rio Paraná forma 22 saltos e cai 120 metros, despejando 18 milhões de litros por segundo no canion, ou seja, num estreito canal aberto na rocha.

Uma vez contido o rio, formar-se-á um lago artificial de 1.400 km<sup>2</sup>, 800 km<sup>2</sup> no Brasil e 600 km<sup>2</sup> no Paraguai) sepultando o Salto das Sete Quedas, que os paraguaios denominam de Guairá. Na realidade o projeto foi integralmente financiado pelo Brasil, ficando a parte computada ao Paraguai a ser paga em fornecimento de eletricidade no prazo de 50 anos.

A Central Hidroelétrica de Itaipu beneficia-se de "excepcional localização geográfica, graças à qual estará em condições de suprir, em energia elétrica, simultaneamente, todo o território paraguaio e a região brasileira (Sul e Sudeste), onde se verificam os mais elevados índices de desenvolvimento demográfico, industrial, econômico e social do Brasil". (Pesquisa da Redação de "A Defesa Nacional" — nº 696 — julho-agosto de 1981).

Itaipu será, pois, a pedra fundamental dentro dos planos brasileiros para triplicar sua capacidade hidroelétrica em 1990; seu custo, orçado em 11 bilhões de dólares, deverá já começar a colher os frutos em 1983 com a instalação do primeiro gerador. E, à guisa de curiosidade, para que se tenha idéia do vulto da obra, o total de concreto a ser utilizado em Itaipu daria

para construir 200 estádios do Maracanã, ou então para a construção das estruturas dos edifícios de uma cidade planejada para abrigar 4 milhões de habitantes.

A energia desse complexo hidroelétrico será administrada por uma sociedade binacional integrada pela ELETROBRÁS e pela ANDE. Como o Paraguai é país essencialmente agropecuarista, com muito pequeno desenvolvimento industrial, não necessitará senão de uma pequena parte da energia produzida por Itaipu. Vendendo energia ao Brasil, converter-se-á no 1º grande exportador de energia elétrica do mundo.

Dentro dos princípios do Tratado da Bacia do Prata, além da produção de energia elétrica, o Projeto Itaipu também resultará em *benefícios sócio-econômicos para toda a região*, tais como: controle das enchentes, regularização das descargas a jusante, desenvolvimento das atividades pesqueiras, disponibilidade de água para a irrigação, preservação da fauna e flora terrestres, incentivo ao turismo e ainda na instalação de novos núcleos de desenvolvimento urbano e de grandes empreendimentos agroindustriais.

Contrária ao Tratado de Itaipu, alegava a Argentina que o trecho do rio Paraná entre Sete Quedas, na confluência do Iguaçu e no estreitamento de Corpus, constitui uma singularidade geográfica indivisível e que qualquer obra que viesse a se realizar aí iria alterar todo o sistema fluvial. Na realidade, porém, o que temia a Argentina era que a cota de Itaipu viesse a



prejudicar seu Projeto de Corpus. Sabe-se, no entanto, pelos estudos feitos que de fato, na prática, cada metro acima de 100 em Corpus representa uma redução de 100 KW em Itaipu; e que acima de 105 metros, a barragem de Corpus implicaria na modificação do Projeto Itaipu.

Corpus estava com seus estudos atrasados de dois anos com relação a Itaipu, necessitando da aprovação não apenas do Paraguai, mas também do Brasil; isto porque a hidroelétrica se localiza no Paraná a 30 km abaixo do local de Itaipu, devendo inundar cerca de 20 km de extensão de território brasileiro. Nessas condições, Itaipu, envolvendo apenas o Paraguai e o Brasil, mereceu um acordo bilateral entre os dois países ribeirinhos, ao passo que *Corpus envolve, além do Paraguai e Argentina, também o Brasil.*

Assim, as relações argentino-brasileiras, que se haviam deteriorado na década de 1960-70, foram suavizadas pelo *Acordo Cooperativo Técnico Operativo Itaipu-Corpus* assinado a 19 de outubro de 1979. Envolvendo definições de cotas, a coordenação dessas obras hidroelétricas, sobre base de concessões mútuas segundo o Acordo Itaipu-Corpus, promete transformar o perfil geopolítico da região platina. Transformação que, no entanto, conservou a hidroelétrica de Itaipu operando "com a flexibilidade de sua melhor utilização, até a totalidade de sua potência, mantendo porém vazões a jusante de modo a não ultrapassar parâmetros que assegurem a nave-

gação na zona fronteira fluvial entre os três países". (João B. Peixoto — "O Desafio da Crise Energética" — Rio, 1981) Transformações geopolíticas também se levarmos em conta, sobretudo, que o Brasil e a Argentina possuem economias em muitos pontos complementares, representando juntas 70% do potencial global da América do Sul, tendo, pois, peso decisivo na integração regional a que se propõe o Pacto da Bacia do Prata.

Em se tratando da *ação brasileira*, a integração da Bacia do Prata se vem realizando através de acordos bilaterais num crescendo constante:

- com a Bolívia em Cochabamba (1974) e em Brasília (1977);
- com o Paraguai em Assunção nos anos de 1971, 1973, 1975 e 1980, respectivamente;
- com o Uruguai em Rivera no ano de 1975;
- e com a Argentina, além do Acordo de 1979, o de 1980 para o aproveitamento dos recursos hídricos compartilhados dos trechos limítrofes do rio Uruguai; complementa o acordo tripartite Brasil—Argentina—Uruguai (setembro de 1960) visando ao aproveitamento de toda a Bacia do Uruguai e regiões adjacentes.

A *regionalização na América do Sul* deve, pois, ser medida em função dos vários pactos e esquemas de convivência que surgiram na década de 1960. E nesse contexto se inscreve o Tratado da Bacia do Prata, de 22 e 23 de abril de 1969.

Com a finalidade de promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da bacia e de suas

“áreas de influência direta e ponderável”, afirma o Tratado que devem ser identificadas as áreas de interesse comum para que nelas se comece a *impulsionar a complementação regional* resumida em 9 pontos entre os quais se destacam: a utilização racional dos recursos hídricos, a complementação econômica de áreas limítrofes, bem como o aperfeiçoamento das interconexões rodoviárias, ferroviárias, fluviais, aéreas, elétricas e de telecomunicações.

As diretrizes básicas da política comum são traçadas em reuniões anuais dos Chanceleres ou Ministros das Relações Exteriores, para o que o *Comitê Intergovernamental Coordenador*, com sede em Buenos Aires, possa pôr em andamento os projetos encaminhados; projetos que tanto podem ser multilaterais como bilaterais ou mesmo parciais, desde que dentro das diretrizes do direito internacional.

Firmado em Brasília (1969), o *Tratado da Bacia do Prata* (com base na Declaração Conjunta de Buenos Aires-1967 e na Ata de Santa Cruz de la Sierra-1968), só entrou em vigor quando ratificado em 14 de agosto de 1970. Embora sua duração seja ilimitada, qualquer nação signatária poderá vir a denunciá-lo entregando no caso o Instrumento de Renúncia ao Governo Brasileiro.

Dada a *natureza basicamente geográfica do Tratado*, estritamente dentro do sistema hidrográfico da Bacia Platina, tomou, nesse caso, por base o *artigo 2º da Regulamentação de Helsinki* de “zo-

na geográfica que se estende pelo território de dois ou mais Estados e se encontra demarcada pela linha divisória de um sistema hidrográfico de águas superficiais e freáticas que fluem para uma saída comum”. Na prática, afirmou Saraiva Guerreiro: “a criação das áreas básicas de trabalho, pela Resolução nº 60, da VII Reunião de Chanceleres, realizada em Cochabamba, permitiu o reagrupamento temático das atividades desenvolvidas no âmbito do Sistema da Bacia do Prata, com benefícios para o seu tratamento mais ordenado e eficaz, através das reuniões dos grupos de trabalho, sob a égide do Comitê Intergovernamental Coordenador. A instituição das áreas básicas de trabalho ensejou a concentração de esforços para o aprofundamento dos estudos relativos aos assuntos de interesse comum, bem como uma visão mais abrangente e coerente dos seus distintos aspectos e das correlações entre eles existentes”. (Discurso pronunciado na XI Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata — 2 de dezembro de 1980).

Tendo em vista a marcha contínua para a extinção mundial das fontes combustíveis fósseis, o Brasil procura aproveitar o seu potencial hidráulico. Assim, em 1960, com a criação do Ministério das Minas e Energia apareciam, em consequência, no ano seguinte, as Centrais Elétricas Brasileiras — a ELETROBRÁS. A partir de então, tendo de um lado imenso potencial hidráulico e necessitando cada vez mais de um desafogo no que se refere à importação de petróleo, a

predominância de instalações hidroelétricas vem sendo uma constante no Brasil, e em especial no âmbito do Prata.

## CORREDORES DE EXPORTAÇÃO

A política de prolongamento da rede ferroviária e sobretudo rodoviária do litoral atlântico brasileiro para o sudoeste e centro-oeste representa a interiorização do progresso e a integração das áreas onde se encontram as nascentes dos rios formadores da Bacia do Prata. Estas estradas integrantes do programa têm como objetivos principais o transporte desde as áreas de produção até os pontos de concentração dos produtos exportáveis, que poderão ser os próprios terminais exportadores, os centros de armazenagem, as estações ferroviárias ou portos fluviais. É este o programa dos corredores de exportação.

O programa dos corredores de exportação objetiva associar as diversas modalidades de transporte, harmonizando suas funções de forma a aumentar a produtividade desse sistema, reduzindo os custos dos serviços de transferência das mercadorias desde as fontes de produção até os portos de embarque para o exterior.

Corredores de exportação que visam a impedir que uma safra inteira se perca e, com isso a economia do país, por excesso de estocagem do produto determinado quer por prazo de transporte, quer pela falta de condições das estradas ou mesmo pelo superlotamen-

to dos portos. Corredores de exportação que, prevenindo esses incidentes levam da melhor maneira possível o produto ao consumidor, seja ele o próprio brasileiro ou o estrangeiro.

O corredor de exportação constitui, pois, um sistema integrado de transporte, armazenagem e embarque que abrange uma área desde as zonas produtoras até os terminais marítimos.

A criação dos corredores de exportação foi, na verdade, um Acordo firmado em 1972 pelo Governo brasileiro com empresários japoneses, o que motivou o início imediato de estudos para estabelecer um plano que definisse geograficamente as áreas que deveriam receber uma infra-estrutura adequada à movimentação, estocagem e embarque de mercadorias, especialmente para a exportação.

Essa integração econômica acentuou-se sobretudo a partir de 1974, mas os corredores de exportação já vinham sendo, desde 1931, aconselhados pelo geopolítico brasileiro Mário Travassos. Para fugir ao poder concêntrico de Buenos Aires, na foz do Prata, mostra Mário Travassos que os países mediterrâneos Paraguai e Bolívia "gostariam de dispor de novos caminhos para o Atlântico". E que em tal conjuntura "o Brasil Platino nos dá exemplo notável de ações neutralizantes sobre o poder concêntrico das bacias hidrográficas, e se vier a conjugar suas "comunicações ferroviárias dobrando e ligando as comunicações fluviais", bem se poderá sentir toda a dinâmica

de nossa vertente atlântica, "onde culminam os traços decisivos dos facies polífticos sul-americano". ("A Projeção Continental do Brasil" — S. Paulo, 1931).

Diante dos sempre crescentes índices do PIB (Produto Interno Bruto), o nosso Governo teve que se deter no papel geoestratégico do comércio externo através do qual procura colocar no mercado internacional o crescimento de nossa produção. Para o escoamento desses produtos e a conquista de mercados foram tomadas providências no sistema interno de transportes, visando aos pontos de estrangulamento. Daí o Plano Nacional de Desenvolvimento para o período de 1972/74 ter passado a encarar os corredores de exportação como

canais de escoamento em massa entre as áreas de produção e os locais de destino dos produtos. Exce-tuando-se o corredor de exportação de Vitória, os três outros — o do Rio Grande, o de Paranaguá e o de Santos se envolvem na Bacia Platina. (Mapa 2)

Graças a esse sistema, extensa rede de rodovias federais passou a cobrir as principais áreas de produção do país, quase sempre localizadas às suas margens. Outras áreas interiores adquiriram garantia de escoamento pelas estradas estaduais ou municipais, interligadas às federais. As grandes distâncias foram ou estão sendo cobertas pelas ferrovias. E dentro do plano preestabelecido as rodovias e ferrovias têm um destino: os grandes



centros consumidores ou os portos, por onde se faz a navegação de cabotagem e a de longo curso no âmbito da Bacia Platina.

O *corredor do Rio Grande* se transformou no principal pólo de atração para o escoamento de produtos do Rio Grande do Sul e parte ocidental de Santa Catarina. Por outro lado, constituindo o Rio Grande do Sul o núcleo do semi-círculo marginal geopolítico do Brasil, exerce grande influência, por seu dinamismo, não só sobre o Uruguai como também sobre a Argentina, sobretudo na área arribenha.

Por seu posicionamento, o corredor de exportação do Rio Grande, condicionando a barra "a navegação da lagoa dos Patos, da lagoa Mirim e conseqüentemente os rios S. Gonçalo e Jacuí, em busca do mar, não podia deixar de ser um nó geopolítico de relevância marcante: com as cidades de Rio Grande na margem sul e S. José do Norte na margem norte do canal da Barra, com ligação fácil para Porto Alegre e Pelotas, servida por ferro, rodo e aerovias, que a põem em contacto com todo o polígono geopolítico, conseguiu um grande desenvolvimento comercial e industrial que o destacam como um grande empório". Assim se expressa Lysias Rodrigues, concluindo que "diante da vigorosa impulsão dessa poderosa força geopolítica do Prata, o polígono geopolítico do sul do Brasil, verdadeiro termômetro político do Prata, passou à delicada situação de Sector Dolens". ("O Polígono Geopolítico do Sul do Brasil" — Revista do Ins-

tituto de Geografia e História Militar do Brasil — Nº 25 e 26 — Ano XIII).

Visto como Sector Dolens por Maria del Carmen Llaver, que estende a situação aos dois outros corredores de exportação brasileiros envolvidos na Bacia do Prata: "a saída atlântica planificada com a finalidade de exportar através dos grandes superportos de Santos, Paranaguá e Rio Grande. Este último operável a partir de 1980, previsto como o maior da zona, transforma em obsoletos os portos de Montevideu e Buenos Aires". Devido-se observar, no entanto, que ao lado das desvantagens de estar a foz do Prata a maiores distâncias que os portos brasileiros dos mercados mundiais da Europa e América do Norte, se impõe o valor geoeconômico do rio da Prata, onde, entrementes, se destaca Buenos Aires, como porto terminal de rotas e como o pulmão por onde respiram o comércio e a indústria argentina.

O *corredor de Paranaguá* abrange o Estado do Paraná, grande parte de Santa Catarina e área meridional do Mato Grosso do Sul. Dentro do sistema integracionista continental a rodovia Paranaguá-Foz do Iguazu, entrando em conexão com o Paraguai, país vizinho, atinge Assunção.

O Tratado de Interconexão Ferroviária, assinado a 11 de abril de 1980 entre o Brasil e o Paraguai, se implantará, na prática, com a união das linhas férreas nas proximidades de Guairá e Salto Grande. No trecho Assunção-Salto del Guairá totalmente compreendido

em território paraguaio, terá aproximadamente 480 km; incluindo um pátio no Estado do Mato Grosso do Sul de interconexão com as linhas que se destinam ao Paraguai e a Dourados, e, por outro lado, à travessia do rio Paraná. A travessia propriamente dita e o pátio de Guairá prevêm atendimento a instalações portuárias que servem à navegação do rio Paraná.

O *corredor de Santos*, pela sua importância, serve a todo o Brasil, mas o faz, principalmente, com relação aos Estados de S. Paulo, Mato Grosso do Sul, norte do Paraná, sul e oeste de Minas Gerais. Ligado por ferrovia à Bolívia e por rodovias ao Paraguai, este porto é um verdadeiro escoadouro de toda aquela região.

O conjunto de estradas nessa área forma um verdadeiro leque, tendo como ponto de convergência a área metropolitana de S. Paulo. O anel rodoviário de S. Paulo interliga todas as rodovias estaduais e federais, atuando como distribuidor do tráfego de exportação, que é dirigido para a rodovia dos Imigrantes, que por sua vez liga a capital à cidade de Santos.

Em se tratando da região interiorizada, formada pela Bolívia e Paraguai, a política de integração continental planejada para o Brasil tem nítida conotação geopolítica com a recente *divisão do Estado de Mato Grosso*. Isto porque enquanto o norte, com capital em Cuiabá, passou a girar na órbita geopolítica e geoeconômica da Amazônia, o sul, com capital em Campo Grande, passou a constituir a região-chave para elo de união e

atração com o Paraguai e Bolívia, envolvidos na Bacia do Prata.

Dentro da política de envolvimento, tem o Brasil, nessa região interiorizada sul-americana, que se ater ao contraste. Contraste que mostra o Paraguai com o seu ecúmeno estatal voltado para o Brasil e que, sendo país de planície, integrado ao Prata, facilita mais os contactos com o nosso país. Já a Bolívia tem o seu ecúmeno estatal no altiplano; sua área geopolítica neutra da planície é que está voltada para o Brasil, o que, conseqüentemente, reduz mais os nossos contactos. A despeito dessa fisiografia, observa-se que a Bolívia é, sem dúvida, um país bem voltado para o Atlântico; na planície, o dualismo fisiográfico leva a Bolívia a se voltar no norte para a Amazônia, participando no sul, na área do Chaco-Pantanal, da Bacia do Prata.

Países interiorizados, sabem tanto a Bolívia quanto o Paraguai que indiscutivelmente se encontram no Atlântico as rotas comerciais mais importantes do mundo; e que o Atlântico, bem mais que o Pacífico, no momento, serve mais à América do Sul para aproximá-la da Europa, América do Norte e, em menor escala da África. Assim, à semelhança do que ocorre com Buenos Aires, numa escala ainda mais intensa, Arica ou Valparaíso no Chile, são, na conjuntura atual, pontos terminais de rotas marítimas comerciais do hemisfério setentrional. Salientando-se ainda a maior desvantagem para Arica, prendendo-se ao fato presente da ausência da transcontinental, transformando o continente numa

autêntica barreira entre os dois oceanos.

Nessas condições a conexão ferroviária com a Bolívia, dirigida para o corredor de Santos, procura canalizar para o Atlântico toda a vertente oriental boliviana, onde se encontra o "Ruhr da América do Sul", sem exploração sistemática. Assim, no triângulo geopolítico formado por Cochabamba—Sucre—Santa Cruz de la Sierra, esta última cidade constitui o pólo de atração mais solicitado rumo ao Atlântico; isto porque no sopé do altiplano, os 400 metros de altitude de Santa Cruz de la Sierra contrasta com os acima de 2.000 de Cochabamba e Sucre.

Em 1977 o Brasil firmou o *Acordo de Cochabamba* com a Bolívia, através do qual nos propomos a estender os trilhos da ferrovia Santos—Santa Cruz de la Sierra até Cochabamba, que já se conecta com Arica. Completada essa transcontinental, o Brasil será grande beneficiário nesse corredor de exportação, pois nossos investimentos e comércio estão ligados à boa parte da economia boliviana. Sobre tudo se observamos que o Acordo de Cochabamba diz respeito à implantação de um Pólo Industrial de Desenvolvimento na região sudeste da Bolívia, pelo Brasil, em troca do gás boliviano que nos será vendido dentro do prazo previsto de vinte anos, e para cujo escoamento a PETROBRÁS prevê a construção de um gasoduto desde Santa Cruz de la Sierra até Paulínea e Santos. Esse acordo bilateral que assinamos com a Bolívia se enquadra, pois,

dentro do espírito do Tratado da Bacia do Prata que determina em seu artigo II (e) a "complementação regional mediante a promoção e estabelecimento de indústrias de interesse para o desenvolvimento da Bacia".

Embora o parágrafo 1º do Acordo de Cochabamba deixe claro que os Governos do Brasil e da Bolívia concordam "em promover, com a possível brevidade, a realização dos objetivos", as negociações vêm se arrastando.

Atendo-nos, porém, ao que já está feito e não ao que está por fazer, podemos concluir que o pólo de atração leste, formado pelo eixo Santa Cruz de la Sierra—Cochabamba—Santos, leva dupla vantagem se comparado com o pólo de atração sul comandado por Buenos Aires: 1º porque se encontra Santos a 1.600 km de costa acima da capital argentina; 2º porque a distância Santos—Santa Cruz de la Sierra (2.576 km) é mais curta em 700 km, que a dessa cidade boliviana até Buenos Aires (3.285 km).

## CONCLUSÃO

Na geopolítica dos países atlânticos da Bacia do Prata tudo se condiciona, em parte, às circunstâncias do espaço e do tempo. Nessas condições é importante e decisivo o fator de nossa posição visto se tratar de uma sub-região do continente sul-americano congregada por um pacto que, na prática, até o presente momento, ainda se apresenta com *geopolítica divergentes*. Sobre tudo, porque para essa área, das mais povoadas

no continente, convergem os ecúmenos estatais da Argentina, do Brasil, do Uruguai e do próprio Paraguai.

No setor médio da Bacia do Prata, o Paraguai é país totalmente integrado no complexo fluvial; contrasta assim com a Bolívia localizada no curso superior tanto da Bacia do Prata como na da Amazônica e que, embora atraída nas duas direções, se encontra mais isolada do Atlântico.

A área de disputa, dirigida no passado para o Uruguai, transferiu-se, embora com conotação bem diferente, no presente, para a Bolívia e o Paraguai, ambos países interiorizados, localizados em zona de dispersão geopolítica. Isto porque, em função do posicionamento e da fisiografia, a Bolívia e o Paraguai são atraídos pelos países vizinhos nas mais diferentes direções. Tal fato se acentua ainda mais em se tratando da atração atlântica Brasil-Argentina, que mantém nessa área a chamada "política do ricochete", dentro da necessidade de um equilíbrio de poder entre a zona planáltica brasileira e os pampas argentinos.

Ao lado do Brasil e da Argentina, os dois maiores países do continente, o Uruguai, o menor, faz parte da região atlântica. Nessas condições, seu proceder vem sendo de intensa convivência, não representando mais, como no passado, do dizer de Lord Posonby — "um algodão entre dois cristais".

Por seu dualismo geográfico, o Uruguai está vinculado às últimas ramificações do Planalto Meridional Brasileiro, pendendo para o

Brasil; e, vinculado aos Pampas argentinos, pende também para a Argentina. E nesse dualismo, vemos cada cidade argentina, na linha do rio Uruguai, correspondendo a uma cidade uruguaia; e vemos, do mesmo modo, que cada cidade uruguaia corresponde a uma brasileira, na *fronteira-linha mais tipicamente caracterizada que temos no continente*.

Conclui-se que não apenas no âmbito restrito do Prata, mas também no contexto geral, a América do Sul se encontra numa maior dependência do Atlântico; dependência que uma integração continental virá a acentuar ainda mais. Em função do espaço e posição, o Brasil ante o Atlântico ocupa situação mais privilegiada que a da Argentina, cujo litoral, mais alijado das águas movimentadas, constitui, com relação às grandes massas terrestres do Globo, um autêntico terminal de rotas; estando o Brasil na "ante-sala" das massas terrestres atlânticas do hemisfério norte.

Na Bacia do Prata se encontram e se interpenetram duas das sub-regiões fitogeográficas da América do Sul — a do campo e a da floresta, circunscrevendo-se o território brasileiro nas duas. Assim, dentro do enfoque geopolítico, o espaço ocupado por um único Estado, o de Mato Grosso, dividido administrativamente em 1977, o colocava no todo abrangido pelas duas sub-regiões fitogeográficas e equidistantes dos oceanos Atlântico e Pacífico. Por injunção, em grande parte, das duas grandes bacias fluviais — a Amazônica e a Platina, se



efetivou a criação de Mato Grosso do Sul. Girando cada um respectivamente na órbita da Bacia Amazônica ou Platina, o espaço ocupado pelos dois Estados constitui uma plataforma natural no entroncamento dos países sul-americanos, como ainda entre as diferentes regiões naturais do Brasil.

Esse espaço interiorizado foi, no passado, o entemural do Brasil face às investidas externas; por seu posicionamento geoestratégico nele se travaram não só várias lutas de resistência às invasões espanholas, como ainda decisivas batalhas na Guerra do Paraguai. Na conjuntura atual, enquanto Mato Grosso exerce o papel de portal interiorizado da Amazônia, Mato Grosso do Sul, girando em torno do quadrilátero geopolítico formado pelos pólos de Corumbá, Campo Grande, Durados e Ponta Porã, se encontra bem mais ligado aos centros de produção da Região Sudeste, atraído pelos corredores de exportação de Santos e de Paranaguá.

Nesse espaço interiorizado calcula-se que até 1985 as Bacias do Prata e Amazônica estejam conectadas através de ligação intermodal. (Mapa 3) E, dentro da estratégia integracionista brasileira *justifica-se a transformação de Rondônia em Estado* (dezembro de 1981) cuja população cresceu de 37.000 pessoas (1950) para 492.000 em 1980.

Na conjuntura geopolítica a *ligação intermodal das duas bacias hidrográficas*, combinando hidrovias, ferrovias e rodovias expandirá ainda mais a área de influência

do corredor de exportação de Santos. A zona de atração geoeconômica do corredor de exportação de Santos centrado na ferrovia Santa Cruz de la Sierra—Santos se integrará a rodovia Santos—Cáceres, seguindo-se a hidrovia Cáceres—Cuiabá via rio Paraguai que a rodovia Cuiabá—Porto Velho complementará. No âmbito, pois, das duas bacias a integração Cáceres—Porto Velho ensejará a ligação dos extremos navegáveis dos rios Paraguai e Madeira.

A ligação entre as duas bacias foi idealizada ainda no século XIX, em 1835, pelo Engenheiro José Eduardo de Moraes; não concebia esse antigo plano a ligação intermodal e sim a construção de um canal artificial de 500 km que encarecendo sobremaneira a obra, manteve o projeto apenas no papel. A ligação intermodal prevista para 1985 irá dinamizar essa extensa área interiorizada ocupada pelos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia; envolverá, conseqüentemente, a Bolívia e o Peru levando, por outro lado, não só o Paraguai como também a Argentina a se voltarem para a Amazônia.

Para o Professor Affonso Henrique Furtado Portugal, em declarações feitas a "O Globo" (18/1/1982), o ideal seria mesmo a construção de um canal ligando o Madeira ao Paraguai para que todo o escoamento evitasse a baldeação e se realizasse apenas no âmbito da hidrovia. Isto porque a ligação intermodal terá que depender, em grande parte da boa vontade dos empresários de transporte —

visto que o armador receia transferir sua carga para a rodovia, ocorrendo o mesmo com o carreteiro que reluta em ceder parte do transporte para a hidrovía.

Dentro de nossas diretrizes geopolíticas a Bacia do Prata tem seu centro vital no *Planalto Brasileiro como zona dispersora de suas águas*. O Planalto Brasileiro constitui, pois, o núcleo interiorizado da unidade brasileira através da Bacia do S. Francisco; e de alargamento territorial dos portugueses pelo Amazonas no sentido leste-oeste, e

no sentido direcional sul pelo Prata.

Região de confronto entre portugueses e espanhóis, e posteriormente entre nações que se formaram envolvidas na Bacia do Prata, levou José Marmol a concluir assim sobre as rivalidades, sobretudo entre os dois Grandes na área: "É um erro de critério político pensar que fazer guerra ao Brasil é necessário e que essa guerra nos convém. Se alcançássemos a vitória não teríamos forças suficientes para levar os lauréis. E se o Brasil



triumfasse, não haveria sobre o Atlântico nem ao menos um Brasil geográfico. O que nos convém é a paz perpétua e sólida, fundamentada sobre as bases graníticas da grandeza de cada um." (Citado por Alberto Palomeque — "La Jurisdicción del Plata" — Buenos Aires, 1909.)

O ambiente da coexistência afastou do Prata as idéias de domínio da bacia, concluindo-se, então, que as lutas militares nesta área obedeceram as seguintes tendências geopolíticas:

— a do domínio da bacia hidrográfica, e, através dela,

— a posse exclusiva da saída para o mar.

Dentro do enfoque geoestratégico essas lutas indicaram que:

— o Uruguai foi a zona irradiante dos atritos,

— o Rio Grande do Sul foi a região de cobiça.

Conclui-se ainda, em linhas gerais, que no presente o rio Paraná se converteu no principal eixo para a integração da Bacia do Prata. Não sendo um rio exclusivamente brasileiro, não goza de vida pró-

pria; o seu caráter eminentemente internacional se prende ao fato de em sua direção se envolverem os ecúmenos estatais do Brasil, da Argentina e do Paraguai, figurando este último na autêntica caracterização de mesopotâmia da América do Sul.

Por seu potencial hidroelétrico, o rio Paraná encerra a resposta parcial para as necessidades energéticas do Brasil, Argentina e do Paraguai; daí a importância de Itaipu, Corpus e Yaciretá.

No contexto geral, o desenvolvimento programado para a Bacia do Prata, que envolve vários outros projetos entre o Brasil, a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e a Bolívia, levará, por certo, se continuado, essa área a somar seus esforços e evitar assim a total dependência com o resto do mundo e, em contrapartida, manter a sua própria posição independente. Isto porque o desenvolvimento da Bacia do Prata é o autêntico desafio geopolítico que cimentará as bases para uma aliança regional que se poderá sobrepôr, no futuro, às desavenças do passado.



Therezinha de Castro — Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Especialização: Geopolítica e Relações Internacionais. Além de outras obras, escreveu "Rumo à Antártica", em que defende os direitos do Brasil no Continente Antártico, "História da Civilização Brasileira", "Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil", "África — Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais".